

BOLETIM CEAS

FEVEREIRO 2020

196ª Ordinária CEAS



Na sequência das comissões de Planejamento e Fiscalização + Normatização e Fiscalização e Acompanhamento aos CMAS, conselheiras e conselheiros do Conselho Estadual de Assistência se reuniram para cumprir a pauta da 196ª Assembleia Ordinária, dia 17. Conduzida por Joelson Rodrigues, presidente do Conselho, e com apoio técnico da executiva CEAS, entre os primeiros pontos de pauta atualização do status do Orçamento 2020, com revisão das deliberações do Pleno anterior – a notificação sobre o atual cenário do SUAS no Estado a órgãos e esferas competentes, como Ministério Público, deputados estaduais, AMUPE e prefeitos, conselhos municipais e diretamente ao secretário de Planejamento e Gestão.

Como deliberação, foi formada comissão para levar a pauta ao secretário da Seplag, com a missão não só de garantir que o resíduo do programa do Décimo Terceiro do Bolsa seja destinado ao SUAS, como estudar estratégias para que se chegue ao valor necessário de R\$ 28 milhões (já com a soma dos passivos).

Em destaque a Portaria 109/2020, sobre averiguação dos requisitos do art. 30 da LOAS, que condiciona para o repasse de recursos federais da assistência social aos entes federativos a efetiva instituição e funcionamento do Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social.

Equipe Técnica do CEAS, que vem realizando estudos para identificar e orientar os CMAS com problemas na paridade da sociedade civil, falou sobre experiência exitosa em encontro conduzido por Ana Paula Viana, supervisora técnica do CEAS, em Petrolândia, reunindo representantes de demais conselhos do Sertão de Itaparica, com foco na portaria.

Aprovada Concessão de Benefício Eventual extraordinário em função da vulnerabilidade temporária em decorrência de desastre, com ressalvas, e as resoluções CIB 1, 3, 8, assim como o Plano Estadual de Assistência Social 2020 e 2023. Apresentado pela conselheira Shirley Samico, o documento também receber adequações sugeridas pelo grupo.

CMAS PETROLÂNDIA

Conselheiras, conselheiros e equipe técnica do Conselho Municipal de Assistência Social de Petrolândia participaram, dia 11, de oficina sobre Funcionamento do Conselho de Assistência. Além de historiar a política da Assistência Social, Ana apresentou um resumo técnico com questões cotidianas, frisando a importância, por exemplo, da paridade entre governo e sociedade civil.



O Sertão de Itaparica recebeu o projeto-piloto do Conselho Estadual de Assistência Social de Pernambuco que objetiva informar e tirar dúvidas sobre a Portaria 109 *in loco*. A reunião, conduzida por Ana Paula Viana, supervisora técnica CEAS, dia 11, na sede da prefeitura de Petrolândia, reuniu, além de representantes do município sede, os CMAS de Tacaratu e Jatobá.

Ana chamou atenção para realidade do corte de recursos para os municípios que cumpriram exigências quando a Plano Municipal, já que a Portaria 109, assinada pelo ministro de Cidadania, Osmar Terra, em 22 de janeiro de 2020, fala sobre averiguação dos requisitos do art. 30 da LOAS, condicionando para o repasse de recursos federais da assistência social aos entes federativos a efetiva instituição e funcionamento do Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social. Com 100% dos conselhos do Estado com Plano, o foco do CEAS é a conscientização sobre a importância da paridade – sociedade civil e governo. Ana orientou sobre atualização dos conselhos no CadSUAS, com base em relatório técnico elaborado pela secretaria-executiva do CEAS, pontuando que o Cadastro é ferramenta de consulta do Conselho Nacional de Assistência Social, ou seja, a fonte de verificação dos dados dos municípios.



CEAS na Assembleia da AMUPE



Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social, Joelson Rodrigues participou da última reunião da Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, dia 18. Rodrigues, também secretário-executivo de Assistência Social, ao lado de Penélope Andrade, representando o COEGEMAS, Eduardo Stranz, consultor da Confederação Nacional dos Municípios, integrou o grupo que pediu a palavra para expor aos prefeitos presentes sobre o corte orçamentário que vem comprometendo o Sistema Único de Assistência Social, destacando a espera do Bolsa Família – são 190 mil famílias esperam pelo BF – a Portaria 2.362/2019, chamada de portaria do calote.

Como resultado imediato, a AMUPE convocará reunião com a bancada pernambucana em Brasília para cobrar dos deputados um posicionamento quanto à revogação da Portaria e à recomposição orçamentária para 2020. A CNM também está nessa luta e já solicitou uma reunião com o novo ministro para tratar da pauta.

CIB

Joelson Rodrigues, presidente do CEAS e secretário-executivo de Assistência Social do Estado conduziu a reunião da Comissão Intergestora Bipartite (CIB/PE), dia 13, na Casa dos Conselhos. Natália Valadares e Ana Paula Viana, respectivamente secretária-executiva e supervisora técnica do CEAS, participaram da reunião com secretários de Assistência Social do Estado.



Segundo módulo da Capacitação CEAS

O segundo módulo da Capacitação da Conselheiro(a)s foi dividido entre os temas Planejamento, Orçamento e Execução Financeira e Controle Social no âmbito do SUAS. Shirley Samico, Cátia Silene e Ana Paula Viana foram as facilitadoras.

Abrindo a programação da Capacitação, dia 18, Ana Paula Viana falou sobre Controle Social no âmbito do SUAS. Em dinâmica, Ana distribuiu entre o grupo questões abertas que deveriam ser preenchidas em rápida pesquisa nas tarjetas

divididas na sala. O debate seguiu desde o processo eleitoral, passando pela composição dos conselhos até o papel fiscalizador e deliberativo do Órgão. Shirley Samico, coordenadora da Vigilância Socioassistencial, assumiu para falar Planejamento e Orçamento. Além de questões técnicas, como a elaboração e obrigatoriedade do comprimento do Plano Estadual de Assistência Social, Samico apresentou detalhes das portarias 109/2020 e a nº 2.362/2019.

Fechando, Cátia Silene, coordenadora do Fundo a Fundo, falou sobre Execução Financeira. Entre os tópicos abordados, o processo de efetivação de um pagamento público, o significado das rubricas citadas nos processos e a estrutura do Fundo a Fundo.



Supervisão Técnica



Para esclarecimento de
dúvidas ou informações:

PROGRAMAACOLHERPE@GMAIL.COM

<https://www.tjpe.jus.br/web/infancia-e-juventude/coordenadoria/projetos/programa-acolher>

A Secretaria-Executiva de Assistência Social, através da Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente realizou, dia 20, no auditório do ProRural, o II Encontro de Supervisão Técnica de 2020 com o tema “Entrega Voluntária de recém-nascido para adoção: reflexões e procedimentos”. Aos facilitadores, Verônica Cecília Alves da Silva, Paulo André Sousa e Sâmia Lacerda Chaves, coube a desafio de propor uma discussão alinhada com a desmistificação da entrega de crianças para adoção, com foco principal no combate a criminalização e discriminação das mães que optam por fazê-lo.

O Programa Acolher, que em sua base trabalha, de forma intersetorial, para assegurar e garantir direitos, entre eles, os de optar por entregar o filho para adoção sem nenhum tipo de constrangimento, e, se for seu desejo, de forma sigilosa (ECA), fez parte da apresentação.

Ana Paula Viana e Rayne Vieira, supervisoras do Conselho Estadual de Assistência acompanharam as apresentações, que encerraram com fala

do secretário-executivo de Assistência Social e CEAS, Joelson Rodrigues, destacando a importância do aprofundamento no tema, que de forma direta ou indireta, está ligado ao cotidiano de todo(a)s.

BARRA DE GUABIRABA

Ana Paula Viana, supervisora técnica CEAS, respondeu as questões apresentadas por Dayse Saldes, secretária-executiva do Conselho Municipal de Barra de Guabiraba sobre o processo para a atualização da Lei de Assistência Social do município. Ana apresentou também a ela estudo técnico realizado por equipe do CEAS sobre a paridade nos CMAS no Estado, detalhando, de acordo com a Portaria 109, o risco da suspensão dos recursos federais.

